

Fernanda Marinela
Rogério Sanches Cunha

Manual de
LICITAÇÕES
E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS

Conforme

NOVA LEI DE
LICITAÇÕES
Lei 14.133/21

2^a
edição

revista
atualizada
ampliada

2022

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

1215594



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

M338 Marinela, Fernanda.
Manual de Licitações e Contratos Administrativos / Fernanda Marinela, Rogério Sanches Cunha – 2ª edição – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.
896 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3585-0.

1. Direito Público. 2. Direito Administrativo. I. Marinela, Fernanda. II. Cunha, Rogério Sanches. III. Manual de Licitações e Contratos Administrativos.

CDD 341.3

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

PARTE I – DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

▪ CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO 17

1. Histórico 17

▪ CAPÍTULO 2

CONTEXTO LEGISLATIVO 27

1. Cenário legislativo 27

2. Competência legislativa 28

3. Lei nº 14.133/2021 33

3.1. Aspectos positivos e negativos da nova lei 33

3.2. Os impactos normativos – vigência, revogações e alterações 36

3.3. Regime de transição 39

4. Critérios transnacionais 46

5. Impacto da lei de introdução às Normas do Direito Brasileiro à nova lei de licitações 47

▪ CAPÍTULO 3

LICITAÇÃO 51

1. Conceito 51

2. Finalidade 51

3. Sujeitos à licitação 54

4. Incidência da lei 64

5. Princípios básicos 66

6. Os agentes públicos e as comissões de licitações 84

6.1. Das comissões de licitação na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02....	84
6.2. Agente de licitação	86
6.2.1. Agente de contratação	89
6.2.2. Comissão de contratação	90
6.2.3. Banca	91
6.2.4. Leiloeiro e pregoeiro	92
6.3. Das vedações dos agentes públicos	93
7. Modalidades	95
7.1. Concorrência	105
7.2. Tomada de preços	107
7.3. Convite	110
7.4. Concurso	113
7.5. Leilão	115
7.6. Pregão	119
7.7. Diálogos competitivos	123
7.8. Outras modalidades	127
8. Procedimento licitatório	129
8.1. Procedimento geral na Lei nº 8.666/93	129
8.1.1. Fase interna	130
8.1.2. Fase externa	140
8.2. Procedimento licitatório da Lei nº 10.520/02	157
8.2.1. Pregão eletrônico	162
8.3. Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021	171
8.3.1. Fase preparatória	172
8.3.2. Fase de divulgação do edital de licitação	182
8.3.3. Fase de apresentação de propostas e lances	184
8.3.4. Fase de julgamento	187
8.3.5. Fase de habilitação	195
8.3.6. Fase recursal	200
8.3.7. Fase de homologação	202
9. Procedimentos auxiliares	203
9.1. Credenciamento	203
9.2. Procedimento de pré-qualificação	204
9.3. Procedimento de manifestação de interesse	205
9.4. Sistema de registros de preços	206
9.5. Registro cadastral	212
10. Algumas licitações	215
10.1. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica	215
10.2. Licitações internas e internacionais	217
10.3. Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte	219

10.4. Licitação para contratação de serviço de publicidade.....	224
10.5. Regime diferenciado de contratações (RDC)	226
10.6. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016).....	231
10.7. Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento à pandemia de Covid-19.....	241
10.8. Regime de licitação e contratação pública para startups	247
■ CAPÍTULO 4	
CONTRATAÇÃO DIRETA	251
1. Contratação direta – Dispensa e inexigibilidade	251
2. Inexigibilidade	254
2.1. Pressupostos para a realização da licitação	255
2.2. Objeto licitável e a pluralidade.....	257
2.2.1. Bem singular	257
2.2.2. Serviços singulares	258
2.2.3. Hipóteses legais de inexigibilidade.....	258
2.2.3.1. Produtor, empresa ou representante exclusivo.....	259
2.2.3.2. Serviços técnicos especializados.....	260
2.2.3.3. Setor artístico.....	267
2.2.3.4. Credenciamento.....	268
2.2.3.5. Aquisição e locação de imóvel	269
3. Dispensa de licitação	270
3.1. Licitação dispensada	270
3.2. Licitação dispensável.....	273
3.2.1. Quadro comparativo – Dispensa de licitação	289
■ CAPÍTULO 5	
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	301
1. Conceito	301
2. Características.....	304
3. Formalismo.....	306
4. Cláusulas necessárias.....	313
5. Regime de execução	319
6. Garantia.....	322
7. Duração do contrato.....	326
8. Pagamentos devidos ao contratado.....	333
9. Cláusulas exorbitantes.....	344
10. Alteração contratual	351

10.1. Alteração unilateral do contrato administrativo	352
10.2. Alteração bilateral do contrato.....	356
10.2.1. Teoria da imprevisão	359
10.3. Situações específicas para alguns contratos.....	361
10.4. Matriz de alocação de riscos	363
11. da execução do contrato e suas responsabilidades	365
12. Regras para entrega do objeto do contrato	372
13. Extinção do contrato administrativo.....	374
13.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	374
13.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021	381
13.3. Das nulidades do contrato administrativo	384
13.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias	386
14. Contratos em espécie	388
14.1. Contratos propriamente ditos	389
14.2. Contrato de concessão.....	391
14.2.1. Concessão comum de serviço público	392
14.2.1.1. Fundamento legal	392
14.2.1.2. Conceito.....	392
14.2.1.3. Poder concedente.....	394
14.2.1.4. O concessionário	398
14.2.1.5. Direitos e obrigações do usuário	402
14.2.1.6. Natureza jurídica	404
14.2.1.7. Distinções.....	405
14.2.1.8. Formalidades da concessão.....	406
14.2.1.9. A remuneração e a política tarifária.....	415
14.2.1.10. Formas de extinção	419
14.3. Parcerias do poder público com os particulares	422
14.3.1. Conceito.....	422
14.3.2. Legislação.....	423
14.3.3. Objetivos.....	425
14.3.4. Modalidades	426
14.3.5. Características.....	428
14.3.6. Diretrizes.....	429
14.3.7. Formalização da concessão especial	431
14.3.8. Vedações	438
14.3.9. Concessões especiais para o âmbito federal.....	438
14.4. Permissão de serviço público.....	442
14.4.1. Conceito e requisitos.....	442
14.4.2. A precariedade e a formalização	443
14.4.3. Principais diferenças	447

14.5. Contrato de gestão	448
15. Convênios e consórcios.....	451
16. Consórcios públicos.....	454
16.1. Objetivos	456
16.2. Formalização.....	458
16.3. Prestação de serviços públicos e o contrato de programa.....	462
16.4. Recursos financeiros.....	464
16.5. Alteração e extinção do consórcio público	465
17. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista	465
18. Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI)	468
■ CAPÍTULO 6	
IRREGULARIDADES E SANÇÕES	471
1. Das infrações e sanções administrativas	471
1.1. Sanções na Lei nº 8.666/93	472
1.2. Sanções na Lei nº 10.520/2002.....	474
1.3. Sanções na Lei nº 12.462/2011.....	475
1.4. Sanções na Lei nº 14.133/2021	475
1.5. Infrações da Lei nº 8.666/93	477
1.6. Infrações na Lei nº 10.520/2011 e na Lei nº 12.462/2012	478
1.7. Infrações na Lei nº 14.133/2021.....	479
2. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas.....	482
■ CAPÍTULO 7	
RECURSO ADMINISTRATIVO	487
1. Recurso administrativo em sentido amplo	487
2. O recurso administrativo na Lei nº 8.666/93.....	489
3. Dos recursos administrativos na Lei nº 10.520/2002	491
4. Dos recursos administrativos na Lei nº 12.462/2011.....	492
5. Dos recursos administrativos na Lei nº 14.133/2021	494
■ CAPÍTULO 8	
CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	499
1. A importância do controle	499
2. As linhas de defesa.....	500
3. Controle administrativo, legislativo e judicial	502
4. Controle interno e externo.....	503
5. Controle de legalidade	507

5.1. A exigência de processo administrativo prévio	508
5.2. Convalidação ou saneamento	510
5.3. Estabilização de efeitos.....	512
6. O processo de controle	523

▪ **CAPÍTULO 9**

RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA.....	529
1. Responsabilidade civil.....	530
1.1. Das responsabilidades dos agentes públicos nas contratações públicas	535
1.2. Dos elementos da responsabilidade dos agentes públicos	540
1.3. Das responsabilidades dos agentes públicos nas leis de licitações e contratos	545
1.4. Parecerista jurídico.....	550
2. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa – Lei nº 8.429/92....	557
3. Da responsabilidade na Lei nº 12.846/2013 das pessoas jurídicas nas licitações e contratações.....	581

PARTE II – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

▪ **CAPÍTULO 1**

DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	609
1. Introdução	609
2. Justiça penal negociada e os crimes em licitações e contratos administrativos.....	613
3. Informante do bem ou “whistleblower”	624
4. Crimes em espécie	627
5. Pena de multa.....	685

PARTE III – QUADRO COMPARATIVO

QUADRO COMPARATIVO	691
---------------------------------	------------